

RESUMO EXPANDIDO (PARA ASSOCIADOS AKB) - ÁREA 3. MÉTODO,  
TEORIA ECONÔMICA E HISTÓRIA ECONÔMICA

**KEYNES E AS “FALÁCIAS KEYNESIANAS”**

*Giuliano Contento De Oliveira (giulianoliveira@gmail.com)*

As teorias econômicas de John Maynard Keynes são repletas de interpretações falaciosas, no sentido de que são entendimentos logicamente equivocados ou enganosos, aqui denominados “falácias keynesianas”.

A falácia, ao longo da história da filosofia e da retórica, foi estudada sob diferentes enfoques, inclusive como instrumento de persuasão, convencimento popular, erro a ser evitado e engajamento emocional. Em seu tratado “Refutações Sofísticas”, escrito por volta do século IV a.C., Aristóteles argumenta que o bom orador precisa conhecê-las para refutá-las - ou usá-las estrategicamente.

Existem diversos tipos de falácias, sendo algumas mais e outras menos conhecidas. Não obstante, é interessante (embora não surpreendente) notar que as principais e mais conhecidas falácias são frequentemente presentes na ciência lúgubre (“dismal science”). Nas cinco “falácias keynesianas” discutidas neste artigo, ao menos cinco tipos de falácias associadas puderam ser claramente identificadas, a saber:

- i) Espantalho (Straw Man): Distorcer o argumento do oponente para refutar uma versão mais fraca dele.;
- ii) Falsa Causa (Post Hoc Ergo Propter Hoc): Assumir que uma coisa causou a outra apenas porque veio antes;
- iii) Falsa Dicotomia (Falso Dilema): Apresentar apenas duas opções quando existem outras.;
- iv) Petição de Princípio (Petitio Principii): O argumento já pressupõe como verdadeiro o que pretende provar;
- v) Generalização Apressada: Tirar uma conclusão geral com base em poucos casos.

Neste sentido, este artigo, aqui apresentado sob a forma de resumo expandido, discute as principais falácias atribuídas ao pensamento de John Maynard Keynes, confrontando interpretações distorcidas com o que o economista britânico efetivamente escreveu em algumas das suas principais obras, notadamente em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Como as falácias dos críticos às teorias de Keynes são mais amplamente conhecidas, este artigo se dedicou às falácias muitas vezes perpetradas por uma parte dos próprios seguidores de Keynes. Objetiva-se, desta forma, provocar o debate sobre algumas distorções do pensamento de Keynes incorridas, inclusive, por muitos de seus adeptos. Para isso, do ponto de vista metodológico, fez-se uso de revisão bibliográfica de relevantes trabalhos de Keynes (1930; 1933; 1936; 1940; 1943).

Falácia 1: “Tendo em vista a capacidade de emitir moeda, o Estado não enfrenta qualquer restrição orçamentária, podendo, por isso, incorrer em déficits fiscais permanentes, mesmo que elevados.”

Trata-se da primeira e, talvez, a mais conhecida “falácia keynesiana”.

Keynes defendia política econômica anticíclica, incluindo a política fiscal. Destarte, o Estado deve aumentar o gasto público em momentos de recessão e realizar superávits fiscais em períodos de expansão econômica. O objetivo,

com isso, consiste em estabilizar a demanda agregada e o nível de emprego ao longo do ciclo econômico.

Keynes prezava pela estabilidade fiscal, defendendo o orçamento público equilibrado ao longo do ciclo econômico, ao invés de anualmente. Nas palavras do autor: "O orçamento deve ser equilibrado ao longo do ciclo, não ano a ano." (Keynes, 1940). Para Keynes (1943), o fato de o orçamento constituir uma ferramenta ativa de política econômica não elimina a necessidade de equilíbrio ao longo do tempo - apenas permite flexibilidade temporária em momentos críticos.

Keynes (1933) valorizava a sustentabilidade intertemporal das finanças públicas. Alertava que empréstimos excessivos podem abalar a confiança, e que déficits devem ser compensados por superávits futuros. "Se o acúmulo de dívida for levado longe demais, pode resultar em perda de confiança.". Keynes (1940) recomendava, inclusive, que o gasto público financiado por dívida seja limitado a despesas temporárias, evitando compromissos permanentes que coloquem em risco a estabilidade fiscal futura.

Segundo Keynes (1933), "Se o acúmulo de dívida for levado longe demais, poderá resultar em perda de confiança e, assim, frustrar seu próprio propósito." Por isso, para ele, o déficit fiscal não deve ser mantido infinitamente, sendo fundamental a geração de superávits orçamentários em contextos de expansão econômica.

Tipos de falácias associadas: i) petição de princípio; ii) falsa generalização; e iii) falsa causa.

Falácia 2: "A poupança não cumpre papel relevante no sistema econômico, podendo, inclusive, concorrer para contrair os níveis de produto e emprego."

Keynes (1936) não condenava a poupança, mas criticava a ideia clássica de que: i) ela era uma pré-condição para a realização do investimento; e ii) ela gerava automaticamente o investimento. O autor, então, mostrou que o

investimento causa a poupança, não o inverso - o investimento pode ser obstaculizado por falta de liquidez, mas, nunca, por falta de poupança (variável endógena). Introduziu, ademais, o paradoxo da parcimônia: o aumento da poupança, em contexto de recessão, pode reduzir a renda e o próprio nível de poupança ex post.

Isso não significa, contudo, que a poupança seja ruim e não cumpra papel relevante no sistema econômico. Significa, apenas, que o aumento da poupança em momentos de baixa demanda agregada pode agravar crises e que o estímulo à poupança para viabilizar a recuperação econômica pode gerar justamente o efeito contrário.

Os pós-keynesianos, com base no circuito finance-investimento-poupança-funding, mostraram o papel relevante da poupança para a consolidação financeira das dívidas assumidas pelos empresários para a realização dos seus investimentos.

Tipos de falácias associadas: i) espantalho; ii) falsa dicotomia; iii) generalização apressada.

Falácia 3: “Em vista do princípio da não-neutralidade da moeda, uma política monetária keynesiana deve ser, sempre, uma política de juros baixos, orientada para estimular o investimento. A inflação, por sua vez, nunca pode decorrer do excesso de oferta de moeda.”

A condição de não-neutralidade da moeda não significa que a política monetária seja sempre eficaz. A não-neutralidade da moeda corresponde a um conceito estrutural na TG de Keynes, no sentido de que as condições monetárias influenciam as decisões de gastos e alocação da riqueza entre classes alternativas de ativos. Contudo, isso não significa que a renda e o emprego sempre irão aumentar, de forma automática, quando da realização de uma política monetária expansionista, pois isso depende, sobretudo: das expectativas dos empresários, formadas em contexto de incerteza; do estado

de confiança prevalecente; da sensibilidade do investimento à taxa de juros; e da existência (ou não) de armadilha da liquidez.

Keynes (1936) defendia políticas econômicas coordenadas e anticíclicas, incluindo a política monetária, de modo a regular o ciclo econômico, vale dizer, promovendo o máximo emprego sem pressões inflacionárias. Para Keynes (1936): “A taxa de juros deve ser tal que mantenha o pleno emprego, sem gerar pressão inflacionária.”. Portanto, sob determinados contextos, juros baixos podem, sim, causar inflação. Em suas palavras: “Uma expansão do crédito, em um ambiente de pleno emprego, tenderá a aumentar os preços e não o emprego.”.

Em verdade, Keynes (1936) criticou a visão quantitativista simplista, de que toda a inflação decorre, necessariamente, do excesso de oferta de moeda. Portanto, Keynes reconhece múltiplas causas da inflação, inclusive monetária.

Tipos de falácias associadas: i) falsa dicotomia; ii) generalização apressada; iii) petição de princípio.

Falácia 4: “A especulação financeira não cumpre qualquer função no capitalismo.”

Keynes (1936) era sabidamente contra a especulação financeira desenfreada, mas reconhecia a sua importância para dividir opiniões nos mercados e viabilizar contrapartes nas operações de risco. Por isso, afirmou que “A especulação pode ser comparada aos bolores em uma boa sopa. O problema ocorre quando os bolores se tornam a própria sopa.”

Keynes (1936), portanto, era contra a ideia de o mercado ser dominado pela lógica especulativa, mas reconhecia o fato de que a especulação cumpria um papel funcional, ainda que limitado e secundário, em termos de formação de preços dos ativos, aumento da liquidez nos mercados e facilitação da negociação de contratos de riscos. Mas, asseverou que: “Quando o

desenvolvimento do capital de um país se torna um subproduto das atividades de um cassino, é provável que a tarefa seja mal feita.”

Tipos de falácias associadas: i) espantalho; ii) generalização apressada; e iii) falsa dicotomia.

Falácia 5: “Por ter desenvolvido a teoria da demanda efetiva, para Keynes as condições de oferta são irrelevantes.”

Keynes desenvolveu o princípio da demanda efetiva, segundo o qual, em uma economia capitalista, são as decisões de gastos dos atores econômicos que determinam os níveis de produto e emprego - sendo, pois, as decisões dos capitalistas, especialmente sob a forma de investimento, que determinam os salários.

Com base nisso, é frequente a disseminação da falácia de que, para Keynes, as políticas econômicas devem ser orientadas exclusivamente para a demanda, visto que as condições de oferta são por ela co-determinadas. Keynes, contudo, não nega a existência de restrições de oferta, mas apenas afirma que elas não determinam automaticamente o nível de emprego ou produto, como na Lei de Say. Seu ponto é que, sem demanda efetiva suficiente, a capacidade produtiva pode permanecer ociosa.

Keynes, portanto, admite que restrições físicas, tecnológicas ou institucionais para o crescimento econômico podem existir ou surgir. Reconhece, ademais, que a estrutura produtiva importa para a resposta à demanda. Segundo Keynes (1936): “À medida que nos aproximamos do pleno emprego, há um número crescente de gargalos, e a produção adicional tenderá a encontrar resistências crescentes.” Em outro trecho de sua TG, asseverou que: “Os custos marginais crescentes, associados à utilização crescente dos recursos produtivos, impõem limites ao aumento da produção real.”

Tipos de falácias associadas: i) espantalho; ii) falsa causa; e iii) falsa dicotomia.

Palavras-chave: keynes; falácias keynesianas; teoria econômica.